



Anais da Assembléia

Nº 115

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 13 DE AGOSTO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo	Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN	Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL	Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT	Deputado PAULO MAIA
PTB	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB	Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST	Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Artindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Berakdin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Volmir Mirão Mais-trovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emília de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Ormário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Jensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emari Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. - (•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.^a LEGISLATURAATA DA 76.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 1992

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelos Senhores Deputados Lourenço Fregonese e Oswaldo Trevisan.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, João Arruda, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Emília Belinati, Erondy Silvério, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, José Tavares, Lygia Pupatto, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (37). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Heinz Herwig, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Albino Corazza, Arlindo Troian, César Silvestri, Colombino Grassano, Dobrandino Silva, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Eurides Moura, Mário Bezerra, Nelson Garcia, Ovídio Constantino, Paulo Maia e Rafael Greca de Macedo (17).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofícios:

OFÍCIO N.^o 444/92

Senhor Presidente.

Dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar sua valiosa colaboração no sentido de justificar a minha ausência aos trabalhos parlamentares deste dia 13 de agosto, tendo em vista compromissos assumidos junto à comunidade de Cianorte.

Sendo só o que se me oferece no momento, permita-me, ao ensejo, antecipar agradecimentos pela atenção.

Sala das Sessões, em 13.08.92.

(a) MÁRIO BEZERRA

OFÍCIO N.^o SPB.1355/92

Senhor Presidente.

Venho através do presente, justificar a minha ausência na Sessão Ordinária do dia 13.08.92, por compromissos inadiáveis em minha região.

Sem mais, renovo meus protestos de estima e consideração.

Sala das Sessões, em 13.08.92.

(a) ROSSONI

REQUERIMENTO N.^o 1258

Senhor Presidente.

Dirijo-me a Vossa Excelência para justificar minha ausência em plenário nos dias 13 e 17 de agosto, tendo em vista que compromissos inadiáveis impedem-me a presença aos trabalhos legislativos desta Casa de Leis.

Solicito, ao mesmo tempo, que seja descontado da minha remuneração o valor das faltas referidas, bem como de outras que possam ocorrer durante esse mês de agosto.

Sendo só o que se apresenta para o momento, permita-me, ao ensejo, agradecer a Vossa Excelência a gentileza de atender meu pedido.

Sala das Sessões, em 13.08.92.

(a) ALBINO CORAZZA

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.^o 1259

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a retirada da Ordem do Dia, por 03 sessões, do Projeto de Lei Complementar n.^o 150/92, de autoria do Deputado Dalton Machuca, constante da Ordem do Dia de hoje em 1.^a discussão.

Sala das Sessões, em 13.08.92.

(a) ORLANDO PESSUTI

Apoio: Toti Colaço.

REQUERIMENTO N.^o 1254

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Doutor JOÃO FERANI MANSUR GUÉRIOS, ocorrido dia 09 de agosto/92 em União da Vitória.

Sala das Sessões, em 13.08.92.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

No último dia 09, em União da Vitória, com a idade de 83 anos, adormeceu no Senhor o Doutor João Farani Mansur Guérios, deixando viúva a Senhora Vera e os filhos

Guido e Guita Rosa e seis netos.

O passamento de João Farani Mansur Guérios veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de todo o grande círculo de amigos, entre os quais este Deputado.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de seu servo Mansur Guérios.

A família e os amigos choram a perda de João Mansur, mas o céu será grande, a paz e o seu descanso não terá fim, desde agora para todo o sempre.

O Senhor Deus me ensinou a falar como alguém que aprende dele, para que eu saiba dar uma palavra de conforto à pessoa abatida.

Senhor abençoei a família GUÉRIOS, para que continue num ambiente de paz e harmonia construindo uma sociedade mais humana, mais justa e mais santa, sempre no caminho do amor e da justiça. É reta a palavra do Senhor e tudo o que ele faz merece fé. Deus ama o direito, o trabalho e a justiça, ama João Farani Mansur Guérios por ser dotado de todos esses requisitos como chefe de família, como professor, advogado militante plantando em todos os cantos das cidades irmãs de Porto União e União da Vitória uma semente a germinar confiança no amanhã. Sempre recebeu os mais elevados cumprimentos, respeitado pela sua visão como arrojado empreendedor.

O Dr. Mansur Guérios, além de outras participações foi professor, fundador e diretor da tradicional Escola Técnica de Comércio "Cel. DAVID CARNEIRO" de União da Vitória.

Deus guardará seu servo João Mansur sob sua constante proteção para que renovados pelos sacramentos pascais, cheguemos à luz da ressurreição, alargando os horizontes de nossos corações, fazendo com que nossas preces se abram em todas as dimensões, guiando-nos sempre e por toda a parte com a luz celeste, para que possamos colher com fé e viver com amor o mistério de que nos destes participar.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família MANSUR GUÉRIOS, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus Todo Poderoso para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1255

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao Excelentíssimo Senhor Governador ROBERTO REQUIÃO, pela maneira corajosa como determinou o início imediato das obras da FERROESTE.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Doutor MARIO PEREIRA, Vice-Governador e Presidente da FERROESTE.

Sala das Sessões, em 13.08.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

O Brasil, lamentavelmente, não soube cultivar a era da ferrovia até extrair todos os benefícios desse sistema de transporte. Logo no seu início, nossa Rede Ferroviária ainda de modestas dimensões relativas, foi abortada em seu crescimento por distorções de um modelo econômico que subsidiava o transporte rodoviário, a partir do fomento ao caminhão pesado de carga trafegando em rodovias cada vez mais extensas. Deixamos de lado o trem e o navio costeiro, como desconsideramos o transporte fluvial por nos rendermos a um imediatismo de soluções que está enraizado em nosso caráter nacional.

O Paraná teve seus trens limitados à penetração do meio oeste em Guarapuava, numa paralização que vem desde a primeira metade do século. A idéia da ferrovia rumo ao oeste, chegando até aos ricos campos de produção de grãos para exportação e processamento na área industrial, vem de longe, mas foi sempre bloqueada pelas restrições orçamentárias potencializadas pela instabilidade macroeconômica. O projeto da FERROESTE, retomado com vigor pelo Governador Roberto Requião, já resultou em comprovação da viabilidade do trecho até Guaíra. Somente a ousadia em tempo de crise pode levar um Estado a se diferenciar dos outros.

O projeto prevê a construção da linha ferroviária no trecho Guarapuava-Cascavel-Guaíra, num percurso de 419 quilômetros, cuja ferrovia era um sonho, e agora uma realidade a ser ligada numa primeira etapa, Cascavel a Guarapuava, onde se integra a trilhos já existentes, que chegam até o Porto de Paranaguá.

A FERROESTE, é o maior investimento feito por um Governo estadual, hoje, especialmente porque todos os recursos investidos na construção são do Tesouro do Estado, sem nenhum centavo do Governo Federal. Estamos dando exemplo ao Brasil, exemplo paranaense, de coragem, dignidade e competência.

REQUERIMENTO N° 1260

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário da Educação e Diretor Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a liberação de recursos financeiros, para a construção de uma Escola na localidade de Barra da Cachoeira, no município de Rio Azul.

Fundamentado na iniciativa do Exmo. Sr. Vereador Jaciel Buco Martins, esta reivindicação se faz com inteira necessidade, tendo em vista o estado precário que se encontra o atual prédio escolar, colocando constantemente em risco a vida de alunos e professores daquela Escola.

Sala das Sessões, em 13.08.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1261

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário da Educação, solicitando a construção de Escola Familiar Rural, na Agro Vila do município de Irati.

Fundamentado em iniciativa do Exmo. Sr. Vereador Orlando A. Júnior, cabe destacar que esta reivindicação se faz com inteira necessidade, por outro lado, já existe naquela localidade, infra-estrutura necessária para tal construção.

Sala das Sessões, em 13.08.92.

(a) TOTI COLAÇO.

REQUERIMENTO N° 1266

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente, em caráter de urgência, a todos os Srs. Deputados Federais e Senadores do Paraná, xerocópia da exposição de motivos feita pelo Excelentíssimo Sr. Governador ROBERTO REQUIÃO, quanto a mensagem de Reforma Tributária em tramitação no Congresso Nacional.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Sr. Governador ROBERTO REQUIÃO.

Sala das Sessões, em 13.08.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Os problemas são o ponto que une a todos os paranaenses, legítimos ou não, são eles que impulsionam o progresso, as grandes conquistas e os avanços mostram que é com trabalho e dedicação que se forja um grande e admirado estado como é o nosso Paraná.

A união do Poder Legislativo do Estado

do Paraná, com os nossos representantes no Congresso Nacional se justifica pela somatória de reivindicações que todos os segmentos da sociedade paranaense desejam em conjunto, pois estamos assistindo pela exposição de motivos apresentada pelo Sr. Governador que o projeto de reforma tributária enviado pelo Executivo Federal ao Congresso Nacional, sob o ponto de vista Financeiro, importará numa perda considerável dos recursos do Paraná.

É preciso que se façam estas colocações para justificar o nosso pedido, pois somos um Estado próspero, que dá grande contribuição aos esforços brasileiros de desenvolvimento. Usufruímos uma fase de acentuado crescimento num contexto nacional desfavorável. Isso nos anima a acreditar que, por certo, haveremos de caminhar juntos, irmanados com os mesmos pensamentos e propósitos para tentar reverter a situação.

REQUERIMENTO N° 1256

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais do Poder Legislativo Estadual o artigo anexo, de autoria do prefeito de Curitiba, arquiteto Jaime Lerner, publicado na revista VEJA, nesta semana.

No artigo em epígrafe, o prefeito Jaime Lerner faz um veemente protesto contra a reforma fiscal pretendida pelo Governo Federal. "Ninguém duvida que o sistema tributário brasileiro precisa ser revisto, simplificado, para que se torne menos vulnerável a sonegação e mais ancorado em justiça, deixando de penalizar as camadas de menor capacidade de contribuição", afirma o prefeito, alertando a seguir: "Mas, se for aprovada como está, a reforma será um assalto as cidades e um retrocesso para o país".

De forma lúcida, Jaime Lerner protesta sobre tudo pelo fato de o Governo Federal pretende tapar o rombo de suas contas à custa das cidades. "A necessidade de uma reforma não pode anular uma das poucas experiências positivas do Brasil contemporâneo, que é a performance das cidades e seu potencial", diz o prefeito curitibano em seu artigo.

Nosso prefeito sustenta que se o país ainda não explodiu é pela ação das prefeituras, que estão agindo com sensibilidade e racionalidade, sobretudo no campo social.

Diante disto e pela defesa inequívoca em que se constitui o artigo do Prefeito Jaime Lerner, pelo municipalismo brasileiros e contra o verdadeiro assalto que representa a reforma tributária prevista

pelo Governo Federal, requeremos ao Douto Plenário a sua transcrição nos Anais da augusta Assembléia Legislativa.

Que do presente se dê ciência ao prefeito Jaime Lerner, aos Deputados Federais e Senadores pelo Paraná, ao Ministro da Economia e ao Senhor Presidente da República.

Sala das Sessões, em 13.08.92.

(a) ALGACI TÚLIO

REQUERIMENTO N° 1268

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, seja transcrito nos Anais do Poder Legislativo do Paraná, o requerimento lavrado pelo Centro Positivista do Paraná, subscrito pelos Senhores Arthur Virmond de Lacerda Neto, David Antonio da Silva Carneiro Júnior, Paulo de Tarso Montserrat, Arquimedes Bochino, Luiz Doni Filho, Dione Machado, Germano Traple, Renato Munhoz, Fernando Carneiro e Leonardo Lacerda, dirigido ao Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Ibsen Pinheiro, pedindo com base na Constituição Federal, Art. 51-I, incio aos procedimentos necessários para que aquela Casa conceda autorização para instauração de processo por crime de responsabilidade contra o Presidente da República, conforme capitulado naquele diploma em seu artigo 85, V, visando seu impedimento das funções que exerce.

Requer, outrossim, que do presente se dê ciência urgente aos Senhores Deputados Federais e Senadores pelo PR, além do Senhor Presidente da Câmara dos Deputados, Presidente do Senado da República e Líderes partidários no Congresso Nacional.

Sala das Sessões, em 13.08.92.

(a) ALGACI TÚLIO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 216/92

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Caridade "São Vicente de Paula", com sede no Município de Rebouças.

Art. 2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.92.

(a) TOTI COLAÇO

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Caridade "São Vicente de Paula", do Município de Rebouças, é entidade dotada de personalidade jurídica e sem fins lucrativos, reconhecida de utili-

dade pública através do Decreto Municipal n° 005/8.

Sua finalidade efetivamente, é a de desenvolver ações sociais, buscando o amparo da população carente.

Neste sentido, faz-se necessário seu reconhecimento a nível estadual, como entidade de utilidade pública, além do que, preencher os requisitos legais com vistas a buscar recursos financeiros, para dar continuidade à sua missão filantrópica.

Face ao exposto, solicito dos nobres Deputados o devido apoio.

PROJETO DE LEI N° 217/92

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo a autorizar os profissionais da saúde, quando em atendimento médico de emergência ou de urgência, a estacionarem seus veículos em logradouros públicos onde é proibido estacionar ou transitar.

Art. 2° - O veículo autorizado no atendimento de emergência ou de urgência, na ocasião, portará identificação especial a ser elaborada e fornecida pela Secretaria de Estado dos Transportes e com os seguintes dizeres: "Profissional da Saúde - Em atendimento de Emergência".

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.92.

(a) DOMINGOS CARVALHO

JUSTIFICATIVA:

A saúde é direito de todos e dever do Estado - diz o art. 196, da Constituição Federal.

Na esteira do dispositivo constitucional retro citado apresento à apreciação desta Egrégia Casa o presente Projeto de Lei, o qual tem a finalidade de autorizar os profissionais de saúde - médicos e atividades afins - a estacionarem seus veículos quando em atendimento de emergência ou de urgência, em logradouros públicos onde não é permitido estacionar ou transitar.

Pois, os profissionais da saúde são solicitados a atender chamadas de emergência ou de urgência em domicílio do paciente, em logradouros públicos, ou até mesmo nos locais de trabalho, mas, na maioria das vezes, encontram dificuldade nessa atividade, principalmente quando fazem uso de seus próprios veículos, vez que ao se dirigirem ao local onde se encontra o paciente há proibição legal de estacionar ou parar o veículo e quando eles, devido à emergência do trabalho, transgridem citada proibição legal, correm o risco de serem penalizados com multas, ou até mesmo de terem os veículos apreendidos pela autori-

dade do trânsito, bem como em outras ocasiões, devido à obediência da proibição legal, esses profissionais da saúde, quando em atendimento de emergência ou de urgência, obrigam-se a estacionarem os veículos a distância do local onde se encontra o paciente, fazendo o trajeto a pé, e, as vezes, quando chegam no local, já ocorreu o óbito ou seqüelas irreversíveis para o paciente.

Ora, o presente projeto de lei visa corrigir esta falha, pois ao autorizar os profissionais da saúde, quando em atendimento de emergência ou de urgência, a estacionarem seus veículos em logradouros públicos onde normalmente é proibido estacionar ou mesmo transitarem na contra mão, isentando-os de multas ou de quaisquer outras penalidades. Ressaltando-se que a finalidade do atendimento de emergência ou de urgência é a de salvar vidas humanas.

Para tal fim, ou seja, para autorizar os profissionais da saúde a transgredirem a proibição legal de estacionar o veículo em local normalmente não permitido, quando em atendimento de emergência ou urgência, o veículo portará, na ocasião, um sistema de identificação especial a ser elaborado e fornecido pela Secretaria de Estado dos Transportes, o qual será utilizado exclusivamente nesta ocasião.

Creio que este projeto de lei aprovado por esta Egrégia Casa e sancionado pelo Executivo, não só beneficiará o profissional da saúde, mas também as pessoas que necessitam de atendimento médico de emergência e que cuja saída de seus domicílios ou locais de trabalho correriam risco de vida, bem como teriam assistência médica imediata, reduzindo dessa forma o número de óbitos ou seqüelas graves com essa assistência mais eficaz, que o presente projeto de lei visa a garantir e que procura beneficiar a comunidade com a melhoria da saúde da população.

PROJETO DE LEI N° 218/92

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado na Secretaria de Estado da Segurança Pública, o serviço de psicologia junto às Delegacias de Polícia, na forma estabelecida nesta Lei e nos Regulamentos que serão baixados pela Diretoria da Polícia Civil.

Art. 2° - Os psicólogos deverão dar pronto atendimento às vítimas e seus familiares conforme legislação específica e especialmente auxiliarão nas informações a serem prestadas pela autoridade policial com o dispõe o artigo 6° IX, do vigente Código de Processo Penal.

Art. 3° - Inicialmente darão pronto atendimento às solicitações dos Delegados de Polícia até que seja mantido o Quadro Próprio sob a chefia de um profissional da respectiva área, que supervisionará o atendimento de todos, bem como, criará métodos e técnicas de atendimento padrão a serem observados pelos respectivos profissionais.

Art. 4° - A maior isenção norteará os psicólogos no exame que procederem dos acusados no tocante ao seu estado de ânimo antes e depois do crime e durante este, bem como, quaisquer outros elementos que contribuam para a apreciação do seu temperamento e caráter (art. 6°, IX, do CPP).

Art. 5° - Inobstante a atuação junto aos acusados, atenderão também os psicólogos à vítima e seus familiares, fazendo o encaminhamento possível, para clínicas ou profissionais especializados, dando preferência às instituições públicas, sem prejuízo do direito de livre escolha desses atendidos.

Art. 6° - Fica, igualmente, criado nas Delegacias de Polícia o Serviço Social de Segurança que será preenchido mediante concurso público para profissionais da área, que visarão os seguintes programas:

a) atendimento aos acusados, fazendo a necessária investigação social, ou orientando agentes e estagiários na consecução deste objetivo, nos termos do exigido pelo art. 6°, inc. IX do CPP;

b) a elaboração de rotinas e práticas compatíveis com os métodos de serviço social visando o aprimoramento deste atendimento;

c) ao atendimento das vítimas e seus familiares, fazendo a triagem necessária das pessoas que necessitam de assistência jurídica gratuita, encaminhando-as aos plantões jurídicos junto às Delegacias de Polícia ou a outros órgãos e instituições voltados para a solução desses problemas;

d) outras atividades compatíveis como profissionais desta área, dando, inclusive, atendimento ao Corpo Funcional da respectiva Delegacia de Polícia.

Art. 7° - Haverá no organograma da Secretaria de Estado da Segurança Pública, um Quadro Próprio de Serviço Social, que será vinculado diretamente ao Gabinete do Diretor de Polícia Civil, sem prejuízo do pronto atendimento determinado pelos Delegados de Polícia.

Art. 8° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.92.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela visa suprir uma lacuna encontrada na estruturação da Secretaria de Estado da Segurança Pública, no tocante a esses dois campos profissionais.

Com efeito, é tarefa indeclinável de que os psicólogos, devem, após procedimento específico e reservado aos seus Quadros, elaborar rotinas administrativas que lhes permitam informações precisas quanto ao estado de ânimo, antes e depois do crime, dos acusados, conforme exigência clara do vigente Código de Processo Penal.

Embora em vigor desde 1940, não temos conhecimento ou notícias de que em algum Estado-membro se tenha tentado proceder objetivando tal desiderato, de vez que, a disposição processual penal continua como letra morta em nosso ordenamento jurídico.

Os psicólogos, pela sua própria formação profissional, estão rigorosamente capacitados para emitirem opiniões técnicas e devidamente fundamentadas sobre o caráter acusados, avaliarem positiva ou negativamente sua personalidade, auxiliando de modo efetivo o andamento das investigações criminais e dando ao Poder Judiciário valioso material para aferição do grau de culpa e da própria personalidade dos acusados.

Por outro lado, poderão ainda, dispensar pronto atendimento nos casos de vítimas que se encontrem abaladas psicologicamente, ou dispô-las a colaborar com os órgãos policiais, para melhor precisarem os elementos que os venham prejudicar, ajudando na formação da vontade das vítimas, para elaboração de retratos falados, submissão a exames para coleta de corpo delito, bem como, auxiliarem, nas teses que forem necessárias para vencerem traumas psicológicos, resultantes de seqüestros, assaltos, ou violências de caráter sexual.

Não se concebe que o aparelho regressor do Estado se ressinta da valiosa colaboração desses profissionais em seus Quadros para melhor desempenho de suas funções como obrigação assencial do Estado.

No tocante às assistentes sociais, enorme é a sua projeção dentro da área de segurança pública, realizando as "investigações sociais" com as técnicas próprias de formação profissional, auxiliando sobremaneira os Delegados de Polícia, notadamente no encaminhamento de menores, delinqüentes, abandonados ou simplesmente perdidos; no encaminhamento de pessoas idosas: menores desamparados, às instituições adequadas; fazendo a triagem necessária para os diversos atendimentos atualmente prestados pela Polícia Civil, ain-

da, colaborando na coleta de informações para elaboração dos relatórios conclusivos dos inquéritos policiais, que serão valiosos para a fixação das penas, futuramente, pelo Poder Judiciário nos casos dos acusados, servindo, ainda, para encaminhamento de vítimas às Casas de Saúde e Hospitais, após a elaboração de convênios necessários e suplementando os trabalhos de "social workers" na condução dos que se encontram presos em liberdade condicional.

O presente plano de lei é de profunda significação social e humana.

PROJETO DE LEI N° 219/92

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica autorizado o Poder Executivo a criar Penitenciárias nas áreas rurais no Estado do Paraná.

Art. 2° - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 dias contados a partir da data de sua publicação.

Parágrafo Único - Os recursos para execução da presente lei advirão de crédito especial ao Orçamento Geral do Estado.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.92.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

JUSTIFICATIVA:

Já dizia Aristóteles: "O homem é um animal político". Queria ele dizer, que a sobrevivência depende do convívio com outros indivíduos. Discutindo, aprendendo, e também ensinando, o homem mantém-se constantemente em desenvolvimento, em aprimoramento.

Um presidiário vê, tolhida, todas essas possibilidades de evolução junto à sociedade, quando se encontra na clausura, numa penitenciária comum, onde se transformam, constantemente, em pessoas desatualizadas e cada vez mais revoltadas.

Deste modo, trazemos o trabalho rural como forma de reintegração do mesmo na sociedade, e de fulgar aliado no combate da ociosidade que reina nas penitenciárias.

O Paraná, é um Estado cuja economia está voltada essencialmente para agricultura, com uma grande variedade de produtos espalhados por todo o seu território.

Fazendo, assim, um grande canteiro de obras para os presidiários, que poderão aprender a cultivar aquilo que é produzido em nosso Estado; aprendendo um ofício, colaborando com nossa economia e enaltecendo a nossa sociedade.

Além das atividades agrícolas, pode-

riam também, estas penitenciárias rurais, promover atividades que visassem a profissionalização do preso, onde ele aprenderia além do cultivo da terra, a trabalhar com indústria têxtil, equipamentos eletrônicos, manufaturas e outros mais; ou seja, promoveríamos a total reintegração destas pessoas em uma sociedade altamente competitiva, onde poderiam lutar mais dignamente, e com maior eficácia pelo seu espaço, pois quem faz aquilo que sabe, tem o seu espaço em qualquer lugar.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ontem já o Deputado Alceu Swarowski, usando da Tribuna, falava a respeito da reforma fiscal que pretende colocar em prática o Governo Federal e que está para discussão no Congresso Nacional.

Nós já temos também a nossa opinião a respeito do assunto. Mas hoje eu quero mostrar a este Plenário para que conste dos anais desta Casa, o artigo escrito pelo Prefeito Jaime Lerner publicado na última edição da Revista "Veja", e diz:

(Lê):

"A salvação é a cidade

A reforma fiscal que o governo acaba de enviar ao Congresso é um assalto às cidades e um retrocesso para o país. Ninguém duvida que o sistema tributário brasileiro precisa ser revisto, simplificado, para que se torne menos vulnerável à sonegação e esteja ancorado em mais justiça, deixando de penalizar as camadas de menor capacidade de contribuição. Se for aprovada como está, a reforma vai surrupiar, recursos e autonomia das cidades, anulando as conquistas da Constituição promulgada em 1988 e ressuscitando o centralismo fiscal instalado pelo governo nos anos 60, sob o preconceituoso argumento de que os prefeitos municipais só sabiam construir fontes luminosas nas praças de suas cidades.

Por conta desse preconceito, durante muitos anos as cidades tornaram-se reféns do governo central, ao preço óbvio da subserviência. As cidades se transformaram em vítimas da visão tecnocrática que impunha prioridades freqüentemente dissociadas das realidades locais na hora de definir investimentos. Até mesmo o aumento de tarifa de táxi nas capitais dos Estados tinha de passar pelo crivo dos técnicos do governo em Brasília. O resgate, ainda que parcial, do princípio democrático da autonomia municipal com a promulgação da Constituição de 1988, estimulou o potencial das cidades. Profundos conhecedores da realidade

que os cerca - e também por serem fiscalizados mais de perto pela população que os elegeu - os prefeitos municipais estão mostrando que sabem mais que o governo federal sobre as necessidades da sua comunidade.

Hoje, se este país ainda não explodiu é, em grande parte, porque as prefeituras, vizinhas permanentes do sofrimento da população, estão agindo com sensibilidade e racionalidade, sobretudo no campo social. Livres do excesso de dependência governamental, as prefeituras estão usando a criatividade e perseguindo a competência. E o exemplo de uma cidade acaba alcançando suas vizinhas, como num dominó. É por aí que se conclui: as cidades podem salvar o Brasil. Cada uma é um agente de transformação. Juntas, podem pagar a dívida social do país, dando atenção primária à saúde, à educação e à moradia. E, com investimentos em obras para melhorar a qualidade de vida, acabam gerando, direta e indiretamente, boa parte dos empregos que o país precisa para se desenvolver. Para tanto, não é preciso muito. A divisão do bolo tributário pode até ficar como está. Bastaria um simples compromisso do Governo: o de aplicar dois terços do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço, que é dinheiro do trabalhador, no local onde ele é gerado. O terço restante seria redistribuído, de maneira a corrigir distorções regionais. Isso permitiria aos municípios alavancar programas habitacionais e de saneamento.

Mas não é só: cada cidade pode representar uma verdadeira revolução, através de uma parceria consistente com seus moradores na solução dos problemas do dia-a-dia e na construção do futuro. Uma cidade que convença seus habitantes a combater o desperdício, economizando energia e matéria-prima, certamente será mais saudável do ponto de vista ecológico e terá mais recursos para investir em suas prioridades. Se todas as cidades fizerem o mesmo, o país contabilizará uma economia brutal, mudando seu perfil energético. Afinal, boa parte da dívida externa não foi acumulada para financiar o aumento da geração de energia, parcialmente consumida pelo desperdício?

Pressionado pelo rombo em suas contas, o governo federal parece não levar em consideração essa oportunidade histórica de fortalecer o poder local, o mais eficiente e democrático instrumento de que dispõem as sociedades modernas. Prefere avançar sobre o cofre das prefeituras, próprios das cidades, que é o Imposto Sobre Serviços, o ISS. Para as grandes cidades, onde este imposto responde com percentuais de até 20 pontos na composição da receita, esse será um golpe fatal. A curto prazo, o

governo pode até equilibrar suas contas com a reforma que pretende. Mas detonará, ainda mais rapidamente, os ganhos sociais que as cidades, a duras penas, estão contabilizando para o país.

É esta conta que os congressistas deverão fazer ao analisar a proposta do governo. A necessidade de uma reforma fiscal, sobretudo no rumo da simplificação e do respeito ao cidadão, não pode anular uma das poucas experiências positivas do Brasil contemporâneo, que é a performance das cidades e seu potencial. Não se pode permitir que o governo cubra o rombo de sua própria incompetência à custa das cidades e de suas populações, especialmente dos mais carentes, que tem encontrado nas prefeituras o seu único amparo. Não sufocuem as cidades. A conta é desnecessária e muito alta para toda a nação."

Jaime Lerner é urbanista e Prefeito de Curitiba pela terceira vez.

"EMPOBRECER OS MUNICÍPIOS É MATAR O POVO DE FOME

Wilson José

Dentro de nossa pregação de que o homem nasce e vive no Município, e que a nação não existe e muito menos o Estado, todos mergulhados numa grande ficção jurídica, já podemos prever que, no ano 2.025, os Municípios terão 250 milhões de brasileiros, todos querendo empregos, comida, hospitais, escolas, bem-estar. Na sua esmagadora maioria, pobres. É um crescimento além do que poderíamos imaginar há uns 30 anos atrás. E o grave é que os vínculos entre pobreza, degradação ambiental e aumento populacional - isto no mundo todo - são praticamente e quase sempre diretos. Como consequência dessa pobreza crescente irrefreável, os limites dos recursos naturais das zonas agrícolas são acuados, provocando com isso uma drástica redução dos recursos naturais desse setor do nosso crescimento, sem os quais, inapelavelmente, a fome se imporá.

O Brasil tem seu desenvolvimento amparado nos setores rurais, onde se localiza a grande maioria dos seus Municípios. São eles os fornecedores da matéria-prima, que aciona as chaminés da indústria nacional. Por que então nas reformas que estão por vir - virão? - e as que já aconteceram - e foram tantas - nunca se busca ou se buscou a criação de condições de real crescimento desses Municípios que hoje, depois de alguns séculos, continuam relegados a um segundo e deplorável plano, submetidos a uma constante e vexatória indigência?

Como acabar com os milhões de miseráveis que já nasceram ou estão por nascer, se não cuidarmos de uma política capaz de encaixar o crescimento populacional num

desenvolvimento onde haja justiça social? Reduzir as famílias? Ou aumentar a capacidade produtora dos Municípios? São perguntas que, dolorosamente, continuarão sem respostas, dada a flagrante incapacidade de nossos governantes, quando procuram fazer reformas estruturais que, ao invés de desenvolver os Municípios, degradá-os cada vez mais."

E por que então se fazer esse tipo de reforma, quando pelo contrário, deveria se dar maior autonomia para os Municípios, maior condição para que os Prefeitos pudessem nos seus próprios locais achar as soluções para os problemas? Como acabar com os milhões de miseráveis, que já nasceram e estão por nascer, se não cuidarmos de uma política capaz de encaixar o crescimento populacional num desenvolvimento onde haja justiça social? Reduzir as famílias, ou aumentar a capacidade da produtora nos municípios? São perguntas que dolorosamente continuarão sendo expostas, dada a flagrante incapacidade de nossos governantes. E nós vemos hoje, e eu hoje posso falar de cadeira, sou uma testemunha do crescimento da população curitibana.

Nos últimos dez anos Curitiba recebeu aproximadamente 600 mil famílias, que engrossam hoje os bolsões de pobreza aos arredores desta Curitiba e da região metropolitana. Se não houver uma política a nível Federal, e se não houver também, junto com os Prefeitos do interior, na geração de empregos, na criatividade de cada um dos seus Prefeitos, lamentavelmente os Municípios continuarão se esvaziando e a cidade inchando cada vez mais. Este é o retrato da Curitiba que nós temos hoje, a cidade que hoje tem outra cidade dentro de si.

Hoje nós temos para quem vem do Norte do Estado, à direita da BR-277, ao chegar no Posto da Polícia Rodoviária, já no Bairro de Campo Comprido, ali a sua direita, Conjunto Caiuá, Vila Conquista, Vila Verde, regiões que estão inundadas de pessoas que vieram do interior do Estado e que a cada dia chegam mais. Mais um pouco adiante Alto Boqueirão, na região hoje onde está localizado o bairro novo no Sítio Cercado, também uma legião enorme de pessoas vindas do interior do Estado. Hoje, e ainda no final de semana eu estava em Foz do Iguaçu e fui até Santa Teresa. e pude observar as margens da rodovia, na área que pertence ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, na rodovia federal, ou lá nas estradas do DER. O que se vê lá? São barracos localizados à beira da rodovia.

Esse é o quadro triste, é o quadro que nós não vemos perspectivas, porque essa gente não tem mão-de-obra qualificada, es-

ta gente não tem como conseguir emprego, o filho acaba caindo na marginalidade, a filha vai para a prostituição, e o pai também desesperado, vai para a bebida. Essa é uma nova, um novo tipo de pessoas que a cidade está recebendo, sem perspectivas de melhoria, de futuro; é um quadro muito negro, que se não houver imediatamente uma posição a nível de Governo Federal, a nível de Governo de Estado, lamentavelmente, e se os Prefeitos dos Municípios não tiverem criatividade para segurar esta gente lá com geração de empregos, com outras alternativas, o futuro é muito triste, o futuro das cidades, das capitais, é muito triste, está aí o exemplo de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre.

A situação é caótica. Eu venho aqui e falo isso porque eu sinto na pele diariamente nas minhas andanças pela periferia da cidade.

Curitiba não é um paraíso, e o próprio Prefeito Jaime Lerner tem colocado isso. Se não estivéssemos fazendo o que estamos fazendo, o quadro seria pior ainda. Por isso eu chamo a atenção dos Srs. Deputados para que cobremos dos Srs. Deputados, cobremos uma criatividade dos prefeitos, cobremos do Governo Federal que, lamentavelmente, parou, aliás, nem começou a governar este País; até agora só desgovernou.

O primeiro ato foi o saque na poupança do pobre. O segundo ato foi cortar o leite das crianças que foi uma das poucas coisas boas deixadas pelo ex-Presidente Sarney. E o terceiro ato agora é querer acabar mais, sugar mais os municípios quando os municípios hoje estão assumindo a municipalização de tudo, minha gente! É incrível que isso possa acontecer!

A gente espera que cada uma das bancadas aqui representadas faça apelo junto aos congressistas de cada Bancada no sentido de não aceitarem e não admitirem esta reforma, sob pena de sermos culpados de uma reforma que vai acarretar prejuízos seriíssimos para os municípios.

Concedo um aparte ao Deputado Toti Colaço.

O SR. TOTI COLAÇO - Meu caro Deputado Algaci Túlio, eu quero cumprimentar V.Exa. pelo assunto que está abordando nesta tarde, fazendo o comentário que vem expresso na revista VEJA e, evidentemente, enriquecendo com o seu comentário próprio.

Nesta semana eu participei de uma reunião com os prefeitos da região de Campos Gerais no Município de Ibituva, representando o Deputado Orlando Pessuti, Líder do Governo, e posso ser testemunha, para enriquecer ainda mais o seu comentário, das dificuldades, das preocupações dos prefeitos

tos não somente de Campos Gerais, mas de todo o Estado do Paraná, no que diz respeito à municipalização tanto da Educação e, principalmente, da Saúde. E nós comentávamos naquela reunião, e eu chamava a atenção dos Senhores Prefeitos, para que ficassem atentos com relação a esta reforma fiscal que está no Congresso Nacional.

Eu, na qualidade de ex-Prefeito municipalista, me preocupo tanto V.Exa. neste instante que a reforma fiscal, automaticamente, em vez de fortalecer os municípios, principalmente onde se geram as riquezas deste País, vem penalizar ainda mais.

Nós Parlamentares, acredito que o Congresso Nacional poderá perfeitamente, entendendo as dificuldades por que passam os municípios brasileiros fazer com que o repasse do fundo de participação do ICMS, os impostos através do imposto de renda, aquilo que é arrecadado nos municípios, que é uma luta antiga dos municipalistas, pudesse ficar retida automaticamente numa conta específica nos próprios municípios porque o passeio se dá, a arrecadação que se faz neste nosso País através dos municípios é uma coisa assustadora; o repasse automaticamente vem de acordo com o repartir do bolo através de Brasília, onde os municípios são extremamente penalizados, tanto no Governo Federal como também até do Governo do Estado no que diz respeito ao ICMS, mas que depende de uma legislação federal.

Preocupa-me, e quero associar-me a V.Exa. através do seu pronunciamento que faz nesta tarde, porque talvez seja o momento onde o País está passando pela maior crise de sua história, onde o Governo Federal coloca uma reforma fiscal no momento em que toda a atenção e a mente do povo brasileiro está mais preocupado com os problemas do PC e tantas outras barbaridades que estão sendo levantadas através da CPI em Brasília. Esquece-se de que o projeto da reforma fiscal talvez seja tão grave quanto a própria CPI que está aí porque vem penalizar, e muito os municípios de todo o nosso País.

V.Exa. está coberto de razão. Se não houver um entendimento entre a política econômica e também dos governos dos Estados juntamente com os prefeitos municipais, daqui a dez anos alguns municípios vão desaparecer. Desta forma eu quero cumprimentar V.Exa. por levantar esta questão, da mais alta importância para o Paraná e para o nosso País.

Os nossos cumprimentos.

O SR. ALGACI TÚLIO - Muito obrigado, Deputado Toti Colaço a sua experiência como ex-prefeito nos dá uma contribuição muito importante neste assunto que eu trago à tribuna.

Veja, nós temos em Curitiba, um projeto simples, que é o Projeto Tudo Limpo. O que é que significa esse projeto?

É utilizar a mão-de-obra da comunidade junto a associação de moradores, desempregados, os aposentados que vão fazer o trabalho de capinagem, de corte do mato, de limpeza de valetas. Cada cidadão recebe por dia quinze mil cruzeiros pagos pela Prefeitura. Nós temos hoje 895 pessoas trabalhando em Curitiba, fazendo esse tipo de trabalho, cada uma ganhando quinze mil cruzeiros, claro que não é um grande salário, mas é uma solução, uma alternativa encontrada nessa frente de trabalho para aliviar o sofrimento desta gente, porque se V.Exa. me acompanhar um dia, e me der o prazer de me acompanhar na implantação de um tipo desse projeto que eu faço quase todos os dias, V.Exa. vai ver, a gente chega na periferia de Curitiba lá está um número grande de pessoas, homens, mulheres, jovens, totalmente ociosos e por pouca culpa deles, porque sem uma mão-de-obra qualificada e mesmo que não tivesse a crise, a recessão que está este País está desempregando todo mundo, todo dia, quer dizer, quem tem capacidade, quem tem um curso técnico, quem está especializado para alguma profissão não consegue emprego, imagine quem veio do interior, que praticamente não sabe fazer outra coisa a não ser a mão calejada da enxada, da foice e do machado.

Realmente eu me preocupo, porque eu tenho sido uma testemunha ocular dessa situação e eu faço um apelo, para que o Governo do Estado, para que o Governo Federal, para que nossos congressistas, senadores, imediatamente comecem uma luta para impedir a aprovação dessa Reforma Fiscal, que aí será o caos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Leio nos jornais de hoje, matéria que me deixou estupefato, que tem a seguinte manchete:

"Estado do Iguazu, Siliprandi chama Anibal e Requião de irresponsáveis".

Sras. e Srs. Deputados chamar Requião e Anibal de irresponsáveis, seria no mínimo uma leviandade por parte do nobre Deputado Eli Siliprandi.

Deputado Eli Siliprandi, para que os Senhores saibam e para reavivar a memória é o autor daquele projeto que tramita na Câmara Federal, que procura dividir o Estado do Paraná.

Mereceria o Sr. Siliprandi resposta à altura com base no artigo 5º, inciso 5º da

Constituição Federal, que diz o seguinte:

"É assegurado o direito de resposta, proporcional ao agravo, além de indenização por dano material, moral ou a imagem", mereceria portanto quando Siliprandi chamou Requião e Anibal de irresponsáveis, mereceria uma resposta na mesma proporção. Mas nós não precisamos chegar a tanto. Nós temos argumentos embasados na lei, na doutrina da Jurisprudência, no bom senso, e na opinião pública do Paraná.

O Senhor Siliprandi se diz assim: Irritado, irritado com o Projeto de Resolução do Deputado Anibal Khury que nega a criação do Estado do Iguazu, aprovado por trinta e oito a seis votos, na Assembléia Legislativa, na última terça-feira, o Deputado Edir Siliprandi acusou ontem o Presidente do Legislativo e o Governador Roberto Requião, de tiranos e irresponsáveis. Segundo ele o Anibal precisa passar por uma faculdade de direito para ver se aprende um pouco de leis, referindo-se ao fato de que a Assembléia só pode opinar sobre o assunto depois da realização do plebiscito.

Na sua opinião, a apresentação do Projeto de Resolução não passa de uma palhaçada.

Vejam Senhoras e Senhores Deputados, o desrespeito com que esse Deputado, o Senhor Siliprandi, se dirige ao Governador Roberto Requião, se dirige ao Presidente desta Casa. E ao ofender o Governador Roberto Requião, ao agredir de maneira bastante descortês o Presidente desta Casa, ele ofende também a todos os Senhores Deputados, as Senhoras Deputadas, enfim, ofende a toda esta Assembléia Legislativa, ofende a todo o povo do Paraná.

O que nós queremos é que o Senhor Siliprandi, se ele não tiver argumentos capazes de superar os argumentos que esta Assembléia trouxe na apreciação do Projeto, é que ele se mantenha calado, porque ao gritar desta maneira, ao agredir desta maneira, ele mais uma vez mostra que o grito é o argumento de quem não tem razão.

O Sr. Nilton Barbosa - Nobre Deputado, concede-me um aparte?

O SR. OSWALDO TREVISAN - Eu concedo, só que logo mais.

Só me deixe desenvolver um pouco mais, meu nobre Deputado Nilton Barbosa e serei muito honrado com o seu aparte, que eu sei enriquecerá muito ao nosso pronunciamento desta tarde. Mas estes são os fatos, mas nós precisamos, desde logo, mostrar que o que nós queremos na tarde de hoje é mostrar o nosso repúdio pela maneira descortês com que o Sr. Siliprandi reage à decisão desta Casa. E queremos fazer um desagravo ao Governador Roberto Requião e ao

Presidente desta Casa, nobre Deputado Anibal Khury. O Governador Roberto Requião que honra todos os paranaenses, um Governador de competência, reconhecida em todo este País e no exterior, um Governador de grande responsabilidade e acima de tudo de grande coragem num momento em que a Nação precisa de políticos sérios, de homens de coragem, de homens que saibam com muita determinação denunciar as coisas que precisam ser denunciadas neste País.

O Governador Roberto Requião não se cala, e mesmo ante os mais poderosos ele se levanta e mostra o que a Nação precisa ver e precisa ouvir. Portanto, o que nós queremos também do Sr. Siliprandi é respeito com o Sr. Governador que faz uma brilhante administração e respeito também com o Presidente desta Casa, Anibal Khury, um homem que pelo seu passado, pela sua atuação e quem o conhece de perto pode tranqüilamente dizer que é um homem estadista que compõe a história deste Estado. E ao encaminhar o Projeto de Resolução para esta Casa, que depois recebeu também do nobre Deputado Erondy Silvério um Substitutivo Geral, o Presidente mostrou que ele não precisa aprender direito. Mostrou que ele já sabe direito porque fundamentou muito bem o Projeto de Resolução que encaminhou a esta Casa.

Encaminhado pelo Governador Requião, o Presidente trouxe a esta Casa com os seguintes argumentos. Eu vou rapidamente apenas ler aqui um pequeno trecho para espantar, desde logo, o argumento do Sr. Siliprandi de que esta Casa precisa estudar Direito. Esta Casa mostrou que sabe Direito e tomou a decisão embasada já na lei existente, porque o artigo 48 da Constituição Federal...

(É interrompido o som do microfone).

Sr. Presidente, peço permissão ao meu Líder para usar o horário do PMDB.

O SR. ANTÔNIO COSTENARO NETO - Deputado, eu gostaria de ceder o horário do PFL a V.Exa..

O SR. OSWALDO TREVISAN - Muito obrigado nobre Deputado Costenaro.

Utilizo então o tempo do PFL, Sr. Presidente.

O artigo 48, inciso VI da Constituição Federal diz o seguinte:

"Cabe ao Congresso Nacional com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos artigos 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:

VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas".

Então o que o Projeto fez foi atender à Constituição Federal. Portanto, é matéria de Direito. Ele se encontra amplamente amparado pela Constituição Federal.

Prossigo Sr. Presidente e Srs. Deputados... Eu não conheço pessoalmente o Senhor Siliprandi, mas pela maneira grosseira com que ele se dirigiu a esta Casa, ao Presidente desta Casa e ao Governador do Estado, ele, no mínimo foi precipitado, foi leviano e lhe faltaram outros argumentos consistentes. Portanto, o nosso repúdio à sua atuação.

Eu quero dizer mais, que antes mesmo de encaminhar este Projeto de Resolução, foi realizada nesta mesma Casa, com a presença do Governador Roberto Requião, com o comando do Presidente Anibal Khury, um amplo debate em todo o Estado do Paraná e foi apresentado, naquela oportunidade, um trabalho do Presidente desta Casa, Anibal Khury, intitulado: "O Paraná é indivisível" e até já vieram os argumentos capazes de justificar a Resolução que nós aprovamos na terça e na quarta-feira últimas.

Rapidamente, um dos artigos diz o seguinte:

"Com referência ao Projeto de Decreto Legislativo n° 141/91, apresentado pelo Deputado Eli Siliprandi, a Assembléia Legislativa, na representação dos legítimos interesses de todo o povo do Paraná, apresenta a seguinte preliminar:"

Então vejam os Senhores, ninguém xingou aqui o Senhor Siliprandi. Ele está sendo tratado aqui como Deputado Federal Eli Siliprandi. Ninguém chamou-o de irresponsável, de leviano porque apresentou o Projeto. Aqui estão sendo apresentados os argumentos de quem quer um Paraná íntegro, de quem quer um Paraná inteiro.

Prossegue dizendo o seguinte:

"A pretendida criação do Estado do Iguaçu, nas regiões Oeste e Sudoeste do Paraná e Oeste de Santa Catarina, fere os interesses nacionais e não consulta às populações desses Estados, porque ambos se situam na Região Centro Sul do Brasil, onde a geografia política e humana está consolidada; há uma identidade histórica definida e as relações federativas foram asentadas ao longo dos séculos de conquistas e lutas".

Mais adiante, depois de alguns outros considerando, no item 8 deste trabalho diz o seguinte:

"Ainda mais, as principais obras em curso no atual período governamental do Paraná, com o Governador Roberto Requião, como a ponte sobre o Rio Paraná, em Guaíra; e a FERROESTE - cujo primeiro trecho acaba de ser contratado com o Exército brasileiro - no montante de 700 milhões de dólares, estão situadas na região oeste, área do pretendido Estado do Iguaçu."

Logo depois:

"A população da região, com efeito, longe de ser beneficiada, seria penalizada com uma eventual separação do Paraná (e de Santa Catarina), porque além de não ter fôlego para arcar com esses investimentos, ainda seria penalizada com o custeio de uma nova máquina burocrática estadual, representada por novos governantes estaduais, no Poder Judiciário, mais uma Legislatura e uma representação, funcionalismo, etc.

Esse argumento deve ser sopesado num momento em que a opinião nacional se resente com a carga tributária considerada excessiva pela maioria da população."

Finalizando, e para não me alongar muito, Presidente, o trabalho finaliza assim, no item 12:

"Do ponto de vista político, o argumento de que é preciso fragmentar os Estados do Sul para obter maior número de representantes no Congresso nacional é falho. A representatividade não se esgota no número de delegados parlamentares, mas em um conjunto de fatores complexos em que devem ser levados em conta a densidade político-econômica dos Estados; seu adensamento populacional, etc. Um erro não pode ser justificado por outro; se o Brasil do Centro-Sul está sub-representado, enquanto outras áreas estão com representação excedentária, a solução repousa na revisão constitucional de 1993 e não no fracionamento territorial do Paraná, como também de Santa Catarina."

Estes são os argumentos estendidos pelo Presidente desta Casa, Deputado Anibal Khury, num trabalho sério, num trabalho de grande profundidade que justifica a aprovação do nosso Projeto de Resolução aqui aprovado nestes últimos dias.

O Sr. Algaci Túlio (Em aparte) - Deputado Oswaldo Trevisan, eu lamento não poder lhe dar o Horário da Liderança do PDT porque eu já o utilizei, senão eu o faria com muito prazer porque gostaria de ouvi-lo por mais tempo nesta tribuna.

Vossa Excelência traz um assunto importante para a Casa.

Eu queria deixar bem claro, e já fiz isto por ocasião da Sessão Especial que tivemos nesta Casa, e quando naquele momento eu estava na condição de Prefeito Municipal de Curitiba, da posição do PDT. O PDT não aceita essa vontade, esse desejo do Deputado Eli Siliprandi. Eu fui bem claro naquela ocasião quando disse que esse seu projeto sequer foi discutido dentro do Partido. É uma atitude isolada do Deputado, muito embora pertença à Bancada do PDT, mas não corresponde com a realidade do Partido.

Deixamos muito bem claro que não acei-

tamos a divisão do Paraná, estamos acolhendo totalmente esse movimento em nome da Bancada e aqui a gente respeita a posição do Deputado Albino Corazza, por ser um Parlamentar daquela região. A exceção deste, Parlamentar, o respeito da Bancada do PDT, o Prefeito de Curitiba, que também não quer a cidade dividida. A Curitiba de todos os paranaenses precisa continuar sendo de todos os paranaenses e não dividida também como pretende com a criação deste novo Estado.

Portanto, eu quero deixar muito bem claro aqui esta posição.

É uma posição isolada, individual do Deputado Eli Siliprandi, que na minha concepção, não o encaixo como elemento partidário. Ele apenas utilizou-se da sigla partidária do PDT para se eleger Deputado Federal. Sequer convive com as nossas Lideranças Partidárias, sequer tem dado sua participação ao Partido.

Além do que ele tem demonstrado desrespeito ao próprio Partido, o PDT. Por isso, eu quero deixar muito bem claro, mais uma vez, a esta Casa, de que o PDT não compactua com esta posição tomada pelo Deputado Eli Siliprandi.

Muito obrigado.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Eu agradeço ao nobre Deputado Algaci Túlio e cumprimento Vossa Excelência e os demais Pares, que com Vossas Excelências colocam os interesses maiores do Paraná acima destes ocasionais interesses individuais de certo Deputado. Meus cumprimentos a Vossa Excelência e saiba: a população do Paraná também reconhece este posicionamento do seu grupo, em defesa do Paraná.

Mas, finalizando, Senhor Presidente, com algumas considerações mais. O que nós aprovamos ontem, nesta Casa, foi o Substitutivo do nobre Deputado Erondy Silvério que tem a seguinte súmula:

(Lê):

"Nega autorização para realização de plebiscito de que trata o projeto de Decreto Legislativo nº 141/91, em tramitação na Câmara Federal."

E o fizemos embasados na Constituição Federal, a Lei Maior. Então, não é ninguém que vem nos dar aula de Direito. De Direito nós sabemos e procedemos de acordo com ele, de acordo com o que nos orientou nossa Lei Maior.

Mas, eu queria rapidamente e para finalizar, fazer aqui algumas pequenas considerações da justificativa. E a justificativa diz o seguinte:

(Lê):

"Justificativa do Projeto de Resolução que nega autorização à realização de plebiscito para separar território do Paraná - Consulta do Governador Roberto Requião.

O Governador do Estado, no uso das prerrogativas de seu cargo, solicita pronunciamento desta Assembléia Legislativa nos termos do disposto no artigo 48, inciso VI, da Constituição Federal sobre a autorização para que seja realizado plebiscito em municípios do Estado do Paraná e Santa Catarina, visando a possível criação do Estado do Iguazu."

Então, é de uma maneira cortês, de uma maneira educada que o Governador está consultando, está encaminhando. Não há necessidade, portanto, para quem tem argumentos, partir para agressões, como o Senhor Siliprandi.

Prosseguindo, então, o Governador diz o seguinte:

(Lê):

"A Constituição Federal de 1988 foi bastante clara no artigo 12 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, ao estabelecer que o estudo da Criação de novas unidades territoriais deveria ser efetuado por Comissão de Estudos Territoriais, com membros indicados pelo Legislativo e Executivo Federais e que teria o prazo de um ano para submeter ao Congresso os seus resultados."

E o Projeto do Senhor Siliprandi não estabeleceu a estes preceitos. Mas, arrematando, aqui, depois, quando o Deputado Anibal Khury apresentou a esta Casa, ele aduziu mais o seguinte:

(Lê):

"Vale ressaltar que, segundo o art. 21, da Constituição, que estabelece as competências da União, num total de 25 faculdades político-constitucionais, nenhum deles atribui à União competência para dividir os territórios dos estados ou proceder a uma redivisão territorial que ignore a vontade expressa de tais entes políticos, manifestada através de seu órgão institucionalizado de poder estadual, a saber a Assembléia Legislativa Estadual. Portanto, permitir que prossiga a tramitação do malsinado projeto de Decreto Legislativo equivale a um ato de violência contra a existência e a autonomia dos Estados do Paraná e Santa Catarina situados fora a além do pacto Federativo, também sejam ambos os Estados de adotarem todos os bens para a sua própria legítima defesa, conforme estabelecidos pelos precedentes históricos e pela própria Constituição Federal a cuja observância, estamos rigorosamente adstritos.

E finalizando, com serenidade que se deve manter em tais momentos, mas com a firmeza que se exige para repelir o evidente atentado ao patrimônio econômico e cultural do Paraná, tão duramente conquistado esta Presidência consciente da responsabilidade que cabe ao Poder Legislativo do Estado do Paraná nesta hora, não po-

de atendendo ao apelo do Senhor Governador deixar de tomar enérgica e definitiva providência na forma do Projeto de Resolução em anexo, que rejeite de forma veemente e peremptória qualquer tentativa de seccionamento do território do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 05.08.92

(a) DEPUTADO ANIBAL KHURY

Presidente"

Então, são estes Senhores Deputados, foram estes os argumentos que foram trazidos a esta Casa, para que nós pudéssemos ter aprovado este Projeto de Resolução que nega autorização para a realização do plebiscito.

Portanto, vamos todos continuar unidos para evitar que o Paraná seja dividido. Vamos continuar com o Paraná forte, desenvolvido, vamos continuar dizendo: "Paraná empunhe esta bandeira."

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu agradeço as palavras do Deputado Trevisan me defendendo dos ataques do Deputado Eli Siliprandi.

Talvez, por delicadeza, Vossa Excelência não tenha mencionado uma das partes do ataque que o Deputado teria afirmado que eu fui cassado por corrupção. Eu quero dizer a esta Casa, se é uma coisa que me orgulha é ter sido cassado pela Revolução pelos motivos que todo mundo sabe, quando alguns Deputados acusados de comunistas ou esquerdistas desta Casa, eu fiz uma defesa como 1º Secretário, não temendo qualquer represália das ditas forças de segurança.

E devo dizer a esta Casa ainda, alguns não me conhecem, que eu fui processado pela Justiça Federal, pela Justiça Militar e pela Justiça comum do Estado. Fui absolvido nos três, tendo, o Ministério Público do Estado afirmado que o réu na ocasião não foi absolvido por falta de provas, mas por excesso de provas que na ocasião eu apresentei.

Eu acho que o Deputado Eli Siliprandi está magoado, desesperado, porque houve uma reação do seu projeto demagógico. Mas, se ele partir para ataque pessoal, eu vou revidar, não vou fazer agora porque acho que a mágoa é justa. Mas, eu não tenho medo e já disse aqui nesta Casa as palavras de Disraeli, quando a Inglaterra se encontrava numa situação difícil: "A Inglaterra só será feliz e próspera, quando os homens de bem tiverem a mesma coragem que os canalhas."

Muito obrigado.

(Palmas)

Obrigado.

Projetos de Lei de autoria do Deputado Luiz Carlos Alborghetti, Toti Colaço. Necessitam de apoio.

Aliás, PT com a palavra no Horário das Lideranças.

(Declina).

PL.

(Declina).

PDT.

(Declina).

PST.

(Declina).

PFL.

(Declina).

PRN.

(Declina).

PMDB.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Orlando Pessutti.

O SR. ORLANDO PESSUTTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Mesmo que, rapidamente, Senhor Presidente, não poderíamos deixar de comparecer à tribuna na tarde de hoje no Horário da Liderança do PMDB, para de alguma forma prestarmos esclarecimentos a esta Casa, e para que também esta Casa não se transforme num palanque de campanha eleitoral, onde apenas os assuntos paroquianos de interesses desse ou daquele candidato e mais especificamente dos interesses paroquianos do candidato a Prefeito de Curitiba Rafael Greca, venha prevalecer dentro deste Plenário.

Nós entendemos que a Assembléia Legislativa está aqui para debater os assuntos sim, de Curitiba, mas dentro de um prisma, dentro de uma lógica, dentro de coisas que reflitam a verdade dos fatos e não, como eu disse, se transforme isso num palanque de campanha eleitoral. Afirmou da tribuna ontem o Deputado Rafael Greca:

"1) A SANEPAR tem o custo do metro cúbico da água como um dos mais caros do País."

Resposta: Trata-se de uma inverdade. Embora seja considerada modelo para a América Latina pelo Banco Mundial, a SANEPAR tem uma política tarifária de nível médio em comparação com suas congêneres. Enquanto a tarifa da SANEPAR foi elevada em 393 por cento este ano, no Rio Grande do Norte a elevação foi de 507,72 por cento; em Minas Gerais, de 399,33 por cento; e assim por diante. E mais: as tarifas cobradas pela SANEPAR têm valores inferiores às cobradas em São Paulo (SABESP, 34% mais cara) e Rio Grande do Sul (CORSAN, 110%).

E ainda: a maioria das outras empresas adotam uma tarifa social para um consumo de 10 metros cúbicos, enquanto no Paraná a SANEPAR aplica descontos de 46% na água e 66% no esgoto para quem consome até 15 metros cúbicos, mora em casa de até 80 metros quadrados e percebe até dois salários-mínimos, elevando o número de pessoas atingidas pelo benefício.

Ainda sobre a tarifa social, a SANEPAR

é uma das empresas que apresenta o custo mais baixo (para esgoto, 9 mil e 200 cruzeiros), superado pelos Estados onde existe o benefício, como São Paulo (12.353 cruzeiros), Rio Grande do Sul (11.837 cruzeiros), Minas Gerais (10.885 cruzeiros), etc.

"2) O PROSAM não é de autoria do Governo Requião, mas sim foi criado pela equipe do Prefeito Jaime Lerner."

Resposta: Trata-se de mais um absurdo. Segundo o coordenador do PROSAM, Engenheiro Celso Carneiro, a história do Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba é a seguinte:

A origem do Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana está na apresentação, pelo Governo Estadual, ao Banco Mundial, de um conjunto de projetos para o equacionamento da questão ambiental. No início do ano passado, uma missão do Banco Mundial veio ao Paraná a convite do Governo para verificar o problema "in loco". A questão ficou clara para os técnicos: a poluição dos mananciais da bacia do Alto Iguaçu atingia de uma forma ou de outra todos os 14 municípios da região.

Desde o início do processo houve uma longa caminhada envolvendo vários setores do Governo sendo ultrapassadas as fases de planejamento, coordenação, desenvolvimento e avaliação técnica, concluídas em fevereiro último, quando se detalhou e estudou a viabilidade dos mais de 20 projetos que compõem o Programa. Em maio e junho deste ano desenvolveram-se as negociações com o Banco, estabelecendo-se as características do contrato e as condições em que se dará o empréstimo.

Coordenado pela Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral do Governo Requião, o PROSAM está em sua última fase de negociação, quando se obtém a aprovação do Senado Federal para a assinatura do contrato. Stênio explicou que inclusive o empréstimo junto ao Banco Mundial será tomado pelo Governo Estadual que, através do BANESTADO, vai repassar à SANEPAR e Prefeitura Municipal.

A SANEPAR vai investir 110 milhões de dólares em Curitiba e Região Metropolitana de Curitiba. Esta é a participação da Companhia de Saneamento do Paraná no PROSAM (Programa de Saneamento Ambiental), que envolve outros órgãos públicos, num total de 260 milhões de dólares para investimento na recuperação da bacia do Alto Iguaçu. Os recursos estão sendo obtidos junto ao Banco Mundial, que já liberou 117 milhões de dólares.

Além dos recursos do Banco Mundial, o PROSAM, que é composto por 28 projetos, contará com a participação do Tesouro do

Estado (57,6 milhões de dólares), da SANEPAR (44 milhões de dólares), Ministério da Ação Social (9 milhões de dólares) e Prefeituras da Região Metropolitana (27,7 milhões de dólares).

Com o PROSAM, que terá prazo de implantação dos 28 projetos de cinco anos, Curitiba terá os seus rios recuperados e cerca de 85 por cento da população será atendida com tratamento de esgotos. Entre os principais projetos de recuperação do meio ambiente está o reordenamento territorial, com assentamento de cerca de 1.600 famílias que hoje residem em regiões próximas aos rios que servem para abastecimento. Como em grande parte são loteamentos clandestinos, nestas regiões não há coleta de lixo e nem rede coletora de esgoto e todo material é despejado nos rios, que poluem os mananciais. Em consequência esta água ao ser captada necessita de tratamento adicional, aumentando os custos da SANEPAR e a tarifa da conta da água.

Pelo PROSAM também serão executadas novas obras que aumentarão a oferta de água para a população de Curitiba, execução de plano diretor de drenagem, implantação de parques, instituição de programa de educação ambiental, além da execução de uma série de obras de saneamento básico.

"3) A SANEPAR recebe 60 milhões de dólares por ano de tarifa de esgotos em Curitiba e nada investe aqui."

Resposta: A informação não procede.

No ano passado, a SANEPAR arrecadou na conta esgoto (ligações, mais tarifa e serviços) o valor de 14 milhões de dólares em Curitiba. Quanto aos investimentos também estão falando inverdades porque somente com o PROSEGE, Curitiba receberá 14 milhões e 705 mil dólares para obras de esgoto, que permitirão alcançarmos um índice de 85 por cento do esgoto de Curitiba ser coletado e tratado. Em todo Paraná, de março de 91 a maio de 92, a SANEPAR investiu um trilhão e 842 bilhões de cruzeiros em obras de água e esgoto.

Portanto, Senhor Presidente e Senhores Deputados, não poderíamos nos calar e permitir que as inverdades ontem enumeradas pelo Deputado Rafael Greca prevalecessem naquilo que ele se manifestou acerca dos problemas da COPEL, cobrando providências do Governo fomos a ele solidários porque da mesma forma entendíamos ser necessário esclarecimento daquilo que estaria acontecendo na COPEL, dentro daquilo que intitulou-se "o sindicato da corrupção".

Mas, com referência aquilo que afirmou o Deputado que a SANEPAR cobra tarifa mais cara, não é verdade. É a mais barata. E que Curitiba arrecadou no ano passado 60 milhões de dólares e que nada se investiu, outra mentira. Arrecadou-se 14 mi-

lhões e está se investindo só nesse ano através do PROSEGE 14 milhões e 705 mil dólares.

De que o PROSAM é de autoria da equipe do Jaime Lerner é outra inverdade, porque quem coordena todas essas ações e vem trabalhando nesse sentido, é o Governo do Estado do Paraná.

O Sr. Algaci Túlio - Permite um aparte, Deputado Orlando Pessuti?

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu concedo o aparte, Deputado Algaci Túlio.

O Sr. Algaci Túlio - Eu gostaria de dizer a Vossa Excelência que é esta Assembléia o fórum de debates, não se trata de que, como Vossa Excelência falou, de interesses paroquianos, aqui se discute interesse paroquiano de Ibiporã, que é da sua cidade, de Ivaiporã, de Arapongas, de Londrina, de Maringá, porque a Assembléia é a Assembléia de todos os paranaenses.

Eu entendo de que o Deputado Rafael Greca tem dados importantes nas mãos, dados que dizem da verdade de que a SANEPAR há muitos anos, lamentavelmente, não tenha aplicado, não que não tenha aplicado nada, mas que não tenha aplicado o necessário para o qual a cidade necessita.

Curitiba tem um crescimento extraordinário - eu falava há minutos atrás, no meu pronunciamento - da preocupação que eu tenho com a questão do inchaço da cidade. Na verdade, o Prefeito Jaime Lerner tem feito seguidas viagens para o exterior, tem ido em busca de recursos para a Capital do Estado, tanto na área de saneamento, como na questão ambiental, na questão da educação, da saúde e tudo mais, especialmente também na questão do transporte.

Devo lembrar a Vossa Excelência, não pretendo aqui polemizar, apenas também para fazer aqui um esclarecimento que na véspera das eleições de 89 o Prefeito Jaime Lerner sentou-se com o ex-Governador Alvaro Dias para que fosse definida a assinatura de um contrato importante para o Estado do Paraná, envolvendo inclusive Curitiba como sua Capital.

Então, acho que na verdade, este é o momento em que cada um dos candidatos, cada Parlamentar, cada um tem um dado na mão. O Governo Roberto Requião tem falado em seus horários em emissoras de rádio e de televisão desafiando o Prefeito Jaime Lerner para um debate, quer discutir a administração.

Eu também deveria então dizer aqui, nobre Deputado Orlando Pessuti, eu respeito a figura, a pessoa do Governador Roberto Requião, posso até não compactuar com algumas posições políticas e até medidas

tomadas pelo Governador, mas eu o respeito como pessoa que é; não posso entender também que o Governador do Estado assaque alguns ataques ao Prefeito Jaime Lerner, por exemplo, querendo promover um debate.

Acho que em primeiro lugar o Governador Roberto Requião tem que descer do palanque, infelizmente esta é a verdade e a realidade, tenho certeza que muitos companheiros da sua própria Bancada, insatisfeitos que estão pelo não atendimento correto dado ao Governador por alguns Parlamentares da sua Bancada e de Partidos que apoiam o Governador Roberto Requião; tem que descer do palanque, precisa governar, ajudar, dentro daquilo que eu falei há minutos atrás, os Prefeitos das cidades do interior achar alternativa, criatividade para segurar o inchaço das cidades.

Precisa o Governador fazer quase cinco mil obras como nós estamos fazendo em Curitiba, coisa que nunca neste País, nunca em cidade alguma se viu fazer isso, estamos inaugurando cinco obras por dia em Curitiba, daqui a pouco eu vou sair para ajudar a inaugurar quatro, inaugurei uma pela manhã já; precisa o Governador Roberto Requião adquirir a credibilidade, porque a última pesquisa lhe dá apenas 38%, a hora que o Governador tiver 86% de preferência, de credibilidade ele estará apto a convidar o Prefeito Jaime Lerner para um debate, mas isso em 93, porque aí o Jaime vai discutir o Estado do Paraná com o Senhor Governador.

Apenas essa colocação, sem querer, volto a repetir, polemizar, eu acho que esse momento é muito difícil em que de repente quando se tinha até uma convivência entre todos os Partidos para tentar encontrar as soluções para o Estado e para o País, o momento eleitoral nos coloca até na condição de adversário, mas nunca na condição de adversários pessoais, apenas uma questão de adversidade política.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, se o Deputado Orlando Pessuti, Líder do PMDB, quiser usar o horário da Liderança do PST, está a disposição do mesmo.

O Sr. Nelson Justus - Vossa Excelência me concede um aparte, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O PST já concedeu o aparte que lhe cabe para o Deputado Trevisan, mas prossiga.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Concedo o aparte ao Deputado Nelson Justus.

O Senhor Nelson Justus - Não quero, em hipótese alguma, entrar nesta polêmica política, até porque eu acho que todos nós

já deveríamos, realmente, ter descido dos palanques, mas como ex-sanepariano eu quero dar alguns dados aí que, realmente eu acho, a bem da verdade, ficariam bem claros.

É verdade que a tarifa d'água do Paraná não é a mais cara do País em hipótese alguma, concordo perfeitamente com Vossa Excelência; ela perde, fica atrás do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas e alguns outros Estados de grande porte.

É verdade também, não acredito ser possível, embora não tenha todos os elementos, que a SANEPAR tenha arrecadado sessenta milhões só com o esgoto. É impossível. Porque o esgoto para que se arrecade um valor maior, é preciso que se invista mais nele e isto não tem sido feito. Mas a bem da verdade, é preciso que fique bem claro, os quatorze milhões de dólares aplicados, através PROSEGE, não é com verbas do Estado; são recursos do Governo Federal e recursos do Banco Mundial.

O Estado não vai investir um centavo neste PROSEGE, até porque este programa é realmente, a bem da verdade, bastante antigo, não é deste Governo, mas é uma coisa que cativa. Pouco se arrecada com o esgoto porque pouco se investe em esgoto.

Então, eu acho que isso deveria ficar claro também para que a polêmica não ficasse tão grande.

Muito obrigado.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu concluo, Senhor Presidente, agradecendo o aparte dos Deputados Algaci Túlio e Nelson Justus, dizendo que a nossa intenção não é polemizar evidentemente.

A postura que temos adotado nesta Assembléia é justamente a de buscar o entendimento, sempre que possível, embora possam os temas ser os mais polêmicos. Mas, nós não poderíamos nos calar porque quem subiu ao palanque não foi o Deputado Pessuti nesta hora, não foi o Governador Roberto Requião, mas, sim, o Deputado Rafael Greca que está acostumado, nos últimos dias, a subir em palanques para fazer comícios e veio à Tribuna da Assembléia pensando que estava em um deles.

Porque em nenhum momento, nós afirmamos aqui que o que está se investindo no saneamento em Curitiba, seja em rede de esgoto, é o suficiente. Todos nós sabemos e o pronunciamento do Deputado Algaci Túlio, aparteado pelo Deputado Toti Colaço, é de uma grandeza quando observam o que está acontecendo com a nossa cidade.

Nós somos também do Norte do Paraná e sabemos o que está vindo urgente para cá e o que se precisa fazer. E o PROSAM, evidentemente, está sendo idealizado e está sendo buscado para justamente cobrir esta

deficiência que existe em termos de Curitiba e região metropolitana na área de saneamento.

Então, é por isso que nós não poderíamos nos calar porque vim à Tribuna e dizer que a SANEPAR cobra a tarifa mais cara, é mentira. Dizer que a SANEPAR está arrecadando sessenta milhões e nada investe, é outra mentira. Dizer que o PROSAM é da cabeça e das pranchetas dos técnicos do Jaime Lerner, é outra mentira. Pode até, e deve, ter havido a participação do prefeito e dos técnicos dos municípios porque para se elaborar o projeto se ouviu as prefeituras evidentemente, mas afirmar que é deles e não do nosso Governador, também é outra mentira.

Então, vamos, realmente, descer do palanque, começando pelo Deputado Rafael Greca.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 37 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 444/92, subscrito pelo Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência na sessão plenária do dia 13 do corrente mês, em função de compromissos assumidos no município de Cianorte. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Ofício nº 1355/92, subscrito pelo Sr. Deputado Rossoni, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência na sessão plenária do dia 13 do corrente mês, em virtude de compromissos assumidos em sua região. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Expediente subscrito pelo Sr. Deputado Albino Corazza, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência nas sessões plenárias dos dias 13 e 17 do corrente mês, em função de compromissos. **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Domingos Carvalho, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** A Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** A Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso

distribuído aos Srs. Deputados:

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Resolução 010/92, nega autorização para realização de plebiscito de que trata o Projeto de Decreto Legislativo nº 141/91, em tramitação na Câmara Federal. **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 107, de 05.08.92).**

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar nº 150/92, de autoria do Deputado Dalton Machuca, que altera redação da Lei Complementar nº 58, de 16/07/1991, que estabelece o regime fiscal das microempresas. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., C.F. e C.A.I.C..

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 150/92

A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Os artigos 2º, 3º, 5º, 7º e 8º, da Lei Complementar nº 58, de 16.07.1991, passam a vigor com a seguinte redação:

"Art. 2º - Será enquadrável no regime fiscal das microempresas aquela cujo valor anual da receita bruta não ultrapasse importância equivalente a noventa e seis mil Unidades Fiscais de Referência - UFIR.

§ 1º - No primeiro ano de atividade, o limite anual será obtido proporcionalmente ao número de meses decorridos entre o mês da constituição da empresa e 31 de dezembro do mesmo ano.

§ 2º - Em caso de extinção da UFIR, o valor do limite anual será convertido em unidade monetária no mês em que se der a extinção e, em seqüência, atualizado por índice que reflita adequadamente a perda do poder de compra da moeda.

Art. 3º - Estão excluídos do regime fiscal das microempresas:

I - as empresas constituídas sob forma de sociedades por ações, ou em que o titular ou sócio seja pessoa jurídica ou, ainda, pessoa física domiciliada no exterior;

II - as empresas que realizem habitualmente, importação de produtos estrangeiros, armazenamento e depósito de produtos de terceiros; e

III - as empresas cujo titular ou sócio participe com mais de cinco por cento do capital social de outra.

Art. 5º - As empresas enquadradas no regime fiscal desta lei ficarão isentas do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e serviços.

Parágrafo único - A isenção de que trata este artigo não excluirá o cumprimento das obrigações acessórias, salvo as

dispensadas em regulamento.

Art. 7º - Estende-se a isenção regulada nesta lei às seguintes operações:

I - aquisições de contribuintes não inscrito no cadastro fiscal do Estado; e

II - aquisição, em operação interestadual, de bens e serviços destinados ao uso e consumo.

Art. 8º - A microempresa ficará sujeita às multas previstas na Lei 8.933, de 26 de janeiro de 1989, de conformidade com o ilícito praticado.

Parágrafo Único - As multas aplicadas terão por limite máximo valor equivalente a trinta por cento do tributo que seria devido, não fora a isenção."

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 25.05.92.

(a) DALTON MACHUCA

JUSTIFICATIVA:

O Projeto ora apresentado tem por objetivo equalizar a regra de não-incidência do ICMS nas operações realizadas por microempresas no âmbito Federal e Estadual.

O artigo 143, da Constituição Estadual, bem como o artigo 179 da Constituição Federal, impõem às pessoas político-constitucionais o dever de incentivar as empresas de pequeno porte quer pela simplificação dos procedimentos, quer pela redução de encargos.

No Estado do Paraná, segundo números de fevereiro/92, fornecidos pela Inspetoria Geral de Arrecadação, há 156.534 empresas inscritas e com cadastros ativos, assim distribuídas:

Contribuintes normais.....	82.519
Microempresas.....	74.015
T O T A L.....	156.534

Dos 82.519 contribuintes normais, tem-se que estes respondem por 100% da arrecadação de ICMS.

As 1000 maiores empresas do Estado, nesse contexto, respondem pelos seguintes percentuais de arrecadação:

Em 1991.....	84,91%
Em fevereiro/92.....	80,82%

Observe-se, assim, que a arrecadação do ICMS está concentrada em número reduzido de contribuinte, ou seja:

- 82.519 contribuintes responderam por 100% do ICMS; e

- 1.000 contribuintes responderam por 80,82% do ICMS.

Parece lógico e racional, nesse quadro, se ampliar o limite quantitativo das microempresas, sem queda significativa na

arrecadação.

As leis econômicas asseguram que, reduzida a tributação, reduz-se a pressão inflacionária e se incrementa, num segundo momento, a própria atividade econômica. E, fechando o círculo virtuoso, aumenta-se a arrecadação.

A propósito, o Poder Executivo, quando enviou a mensagem 23/91 - item 07, Projeto de Lei nº 190/91, sobre microempresas sustentou: "Ademais, possuem elas características próprias e exclusivas e exercem função ímpar à vista de que absorvem expressivos contingentes de mão-de-obra, possuem alta flexibilidade locacional, desempenhando papel importante na interiorização do desenvolvimento e são capazes de gerar uma classe empresarial dinâmica pela absorção da tecnologia gerencial produzida em seu próprio ambiente".

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 150/92

P A R E C E R:

Autor: DALTON MACHUCA

O Projeto de Lei nº 150/92, de autoria do nobre Deputado Dalton Machuca, tem por finalidade alterar a redação da Lei Complementar nº 58, de 16.07.1991, que estabelece o regime fiscal das microempresas.

Por tais fatos, consideramos estar a presente Proposição, em condições de ser apreciada pelo Plenário.

Sala das Comissões, em 09.06.92.

(aa) ERONDY SILVERIO - Presidente

JOÃO IENSEN - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 150/92

P A R E C E R:

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Dalton Machuca, tem por finalidade alterar a redação da Lei Complementar nº 58, de 16.07.1991, que estabelece o regime fiscal das Microempresas.

Sobre a matéria houve o pronunciamento favorável da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

No âmbito desta Comissão de Finanças não há nada que obste a tramitação do projeto de lei em tela neste Poder, razão pela qual opinamos favoravelmente à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 16.06.92.

(a) ALCEU SWAROWSKI

Presidente e Relator

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PROJETO DE LEI Nº 150/92

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Dalton Machuca, chega a esta Comissão o Projeto de Lei em epígrafe, que altera redação da Lei Complementar nº 58, de 16.07.91, que estabelece o regime fiscal das microempresas.

A matéria já recebeu parecer favorável das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Com relação à competência desta Comissão nada há que obste a tramitação do presente.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.06.92.

(aa) SEVERINO FÉLIX - Presidente
COSTENARO NETO - Relator

Sobre o referido projeto, requerimento de autoria do Sr. Deputado Orlando Pesuti, com apoio do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) sessões do Projeto de Lei nº 150/92.

Aprovado.

Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) Sessões do Projeto de Lei nº 150/92.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 164/92, de autoria do Deputado Dirceu Manfrinato, que concede o Título de Cidadã Benemerita do Paraná a Sra. DÉBORA AMARAL DE ALMEIDA FERNANDES DIAS. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.. (Publ. no D.A. nº 78, de 04.06.92).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 164/92

LCM/AL/2885/92

Protocolo nº 4231/92

Súmula: Concede Título de Cidadã Benemerita do Paraná a Sra. Débora Amaral de Almeida Fernandes Dias.

Autor: Deputado Dirceu Manfrinato.

PARECER:

O autor, ao propor este projeto de lei, o faz corretamente, juntando os necessários documentos. Em seu mérito, destaca o vasto e rico curriculum da homenageada, conhecida de todos os paranaenses, já como esposa do Ex-Governador Álvaro Dias, vivenciou todos os momentos da administração passada. Inclusive, integrou a equipe formalmente, dirigindo com exemplar dedicação o PROVOPAR.

Trata-se do reconhecimento de todo o Paraná, através desta Casa, mais precisamente pela feliz idéia do autor, Companheiro Dirceu Manfrinato, para quem teve dedicação, sensibilidade, e hoje ostenta a felicidade do dever cumprido.

Somos favoráveis a proposição e reco-

mendamos sua tramitação regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.08.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Aprovado.

O SR. DR. ROSINHA - Registrado o voto contrário da Bancada do PT.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Devidamente registrado.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 012/92, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a alienação de imóvel na Colônia Boa Ventura, município de Pitanga, (Ex-Proposição nº 087/92). Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.
Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 012/92

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a alienar, através do Instituto Ambiental do Paraná - IAP, a PEDRO LUIZ DE-SENGRINI FORNARI, o imóvel constituído pelo lote nº 93, da Gleba nº 6, da Colônia Boa Ventura, município de Pitanga, com a área de 253,6194 hectares.

Art. 2º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 11.08.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NILTON BARBOSA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 87/92

PARECER:

Oriunda de mensagem governamental nº 56/92, a proposição tem tela objetiva a autorização desta Casa para alienação do imóvel que especifica.

Inexistindo óbices de qualquer natureza à tramitação da matéria, somos de parecer favorável, na forma do projeto de resolução em anexo.

Sala das Comissões, em 11.08.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
NILTON BARBOSA - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo nº 006/91, de autoria dos Deputados ERNANI PUDELL, DR. ROSINHA e OVIDIO CONSTANTINO, que susta o Decreto Governamental nº 532, de 25 de junho de 1991. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. e C.F..

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 006/91

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica sustado, nos termos do disposto no artigo 54, XXVII da Constituição do Estado do Paraná, o Decreto Governamental nº 532, de 25 de junho de 1991, publicado no Diário Oficial do Estado nº 3540, da mesma data, por ser ato administrativo exorbitante do poder regulamentar.

Art. 2º - Este decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 04.09.91.

(aa) ERNANI PUDELL, DOUTOR ROSINHA e
OVIDIO CONSTANTINO

JUSTIFICATIVA:

Um dos principais atributos do Poder Legislativo, no regime de repartição de Poderes, é zelar pela observância da estrutura jurídica estabelecida evitando abusos que, de um lado, representam a usurpação de competências, e, de outro, importem graves prejuízos a parcela da sociedade.

O conteúdo do Decreto Governamental nº 532, neste sentido, afronta com tais preocupações, pois a título de pretensamente regulamentar o exercício de uma competência que lhe cabe, o Governador do Estado, na verdade, sepultou uma conquista dos trabalhadores do serviço público, que é a data-base para o reajuste de sua remuneração no mês de junho.

Por outro lado, o mencionado decreto impõe, para fins de concessão de reajustes salariais, a observância, rigorosa dos percentuais de 65% constitucionalmente previstos. Há que se ressaltar, entretanto, que a própria Carta Magna da República - e, por extensão, do Estado - estabelece que, uma vez ultrapassados aqueles limites, o retorno aos índices previstos deverá dar-se mediante a redução do percentual excedente à razão de um quinto por ano. Ora, quis o constituinte, desta forma, assegurar que nenhum sacrifício fosse imposto aos servidores por força da norma constitucional. Ofereceu ao Estado prazos razoáveis para adequar-se quando ultrapassado o limite de 65% das receitas correntes com pessoal.

Adotando-se o critério pretendido pelo Governador do Estado, o resultado não seria outro que aquele verificado. Uma excessiva defasagem salarial não recuperada e o descumprimento flagrante da Lei nº 9547, de 18 de janeiro de 1991, que estabelecia como data-base para reposição das perdas salariais o mês de junho.

Afrontou o Governador do Estado, de uma só vez, a Constituição Federal, a Constituição do Estado e uma norma legal, a qual para ser alterada, dependeria de

outro instrumento do mesmo nível-lei aprovada por este Legislativo.

Neste sentido, buscando além dos objetivos retro alencados, zelar pela preservação da competência legislativa deste Poder prevista que está como uma de suas competências no inciso XXX do artigo 54 da Constituição do Estado, submetemos ao soberano Plenário o presente projeto de decreto legislativo, forma que deve dar-se à matéria conforme se infere do disposto na parte final do inciso XIV do artigo 28 do Regimento Interno.

Contamos, em vista do exposto, com a tramitação célere e a aprovação unânime do presente.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 06/91

P A R E C E R:

De autoria dos Deputados Ernani Pudell, Doutor Rosinha e Ovídio Constantino, objetiva a presente matéria sustar, com base no Art. 54, inc. XXVII, da Constituição Estadual, o Decreto nº 532, de 25 de junho de 1991, da lavra do governador do Estado.

A matéria em questão atende aos requisitos da ordem constitucional e regimental, encontrando-se em condições de ser apreciada pelo plenário.

Sala das Comissões, em 16.06.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente
TOTI COLAÇO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 006/91

P A R E C E R:

Sob os estritos aspectos da competência desta Comissão de Finanças, o Projeto de Decreto Legislativo número 006/91, de autoria dos Deputados Florisvaldo Fier e Ovídio Constantino e que susta o Decreto Governamental número 532, de 25 de junho de 1991, está apto a ser apreciado pelo Plenário desta Assembléia Legislativa sendo favorável a sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 24.06.92.

(aa) LOURENÇO FREGONESE - Presidente
PAULO MAIA - Relator

Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Para Encaminhar) -
Senhor Presidente.

No dia de hoje nós estamos analisando a questão da constitucionalidade desse projeto e é evidente que constitucional é a iniciativa dos Deputados Ernani Pudell, Dr. Rosinha e Ovídio Constantino, através de um projeto decreto legislativo sustar os efeitos do Decreto Governamental nº 532.

Se hoje estamos discutindo a questão da constitucionalidade e da legalidade da proposição, não poderíamos negar que a mesma está devidamente amparada pela nossa Constituição e pelos regimentos.

Por essa razão nós hoje não iremos votar contra a esse projeto, mas vamos nos reservar ao direito de quando for discutido o mérito dessa questão de nos posicionar quem sabe de uma forma diferente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Senhores Deputados que aprovam o Projeto de Decreto Legislativo nº 006/91. Aprovado.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, gostaria de registrar a presença neste plenário do Deputado estadual pelo Rio de Janeiro, da bancada do PDT, Pedro Fernandez que nos faz visita e está na Tribuna de Honra desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - A Mesa recebe com muita honra a presença do Deputado do Rio de Janeiro nesta Casa e deseja a S.Exa. uma feliz estada.

Sobre a mesa, requerimento nº 1254, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente. **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1255, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1260 e 1261, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constantes do expediente.- **Aprovados.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1266, de autoria do Senhor Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1268, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento nº 1256, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente.- **Aprovado.** A Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 205/92.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 164/92 e do Projeto de Resolução nº

012/92.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Decreto Legislativo nº 006/91.

Levanta-se a sessão.

Transcrições:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 13 DE AGOSTO DE 1992.

A salvação é a cidade.

Jaime Lerner

A reforma fiscal que o Governo acaba de enviar ao Congresso é um assalto às cidades e um retrocesso para o país. Ninguém duvida que o sistema tributário brasileiro precisa ser revisto, simplificado, para que se torne menos vulnerável à sonegação e esteja ancorado em mais justiça, deixando de penalizar as camadas de menor capacidade de contribuição. Se for aprovada como está, a reforma vai surrupiar recursos e autonomia das cidades, anulando as conquistas da Constituição promulgada em 1988 e ressuscitando o centralismo fiscal instalado pelo governo nos anos 60, sob o preconceituoso argumento de que os prefeitos municipais só sabiam construir fontes luminosas nas praças de suas cidades.

Por conta desse preconceito, durante muitos anos as cidades tornaram-se reféns do governo central, ao preço óbvio da subserviência. As cidades se transformaram em vítimas da visão tecnocrática que impunha prioridades freqüentemente dissociadas das realidades locais na hora de definir investimentos. Até mesmo o aumento de tarifas de táxi nas capitais dos Estados tinha de passar pelo crivo dos técnicos do governo em Brasília. O resgate, ainda que parcial, do princípio democrático da autonomia municipal com a promulgação da Constituição de 1988 estimulou o potencial das cidades. Profundos conhecedores da realidade que os cerca - e também por serem fiscalizados mais de perto pela população que os elegeu -, os prefeitos municipais estão mostrando que sabem mais que o governo federal sobre as necessidades da sua comunidade.

Hoje, se este país ainda não explodiu é, em grande parte, porque as prefeituras, vizinhas permanentes do sofrimento da população, estão agindo com sensibilidade e racionalidade, sobretudo no campo social. Livres do excesso de dependência governamental, as prefeituras estão usando a criatividade e perseguindo a competência. E o exemplo de uma cidade acaba alcançando suas vizinhas, como num dominó. É por aí que se conclui: as cidades podem salvar o

Brasil. Cada uma é um agente de transformação. Juntas, podem pagar a dívida social do país, dando atenção primária à saúde, à educação e à moradia. E, com investimentos em obras para melhorar a qualidade de vida, acabam gerando, direta e indiretamente, boa parte dos empregos que o país precisa para se desenvolver. Para tanto, não é preciso muito. A divisão do bolo tributário pode até ficar como está. Bastaria um simples compromisso do governo: o de aplicar dois terços do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que é dinheiro do trabalhador, no local onde ele é gerado. O terço restante seria redistribuído, de maneira a corrigir distorções regionais. Isso permitiria aos municípios alavancar programas habitacionais e de saneamento.

Mas não é só; cada cidade pode representar uma verdadeira revolução, através de uma parceria consistente com seus moradores na solução dos problemas do dia-a-dia e na construção do futuro. Uma cidade que convença seus habitantes a combater o desperdício, economizando energia e matéria-prima, certamente será mais saudável do ponto de vista ecológico e terá mais recursos para investir em suas prioridades. Se todas as cidades fizerem o mesmo, o país contabilizará uma economia brutal, mudando seu perfil energético. Afinal, boa parte da dívida externa não foi acumulada para financiar o aumento da geração de energia, parcialmente consumida pelo desperdício?

Pressionado pelo rombo em suas contas, o governo federal parece não levar em consideração essa oportunidade histórica de fortalecer o poder local, o mais eficiente e democrático instrumento de que dispõem as sociedades modernas. Prefere avançar sobre o cofre das prefeituras, secando de saída a mais importante fonte de recursos próprios das cidades, que é o Imposto sobre Serviços, o ISS. Para as grandes cidades, onde este imposto responde com percentuais de até 20 pontos na composição da receita, esse será um golpe fatal. A curto prazo, o governo pode até equilibrar suas contas com a reforma que pretende. Mas detonará, ainda mais rapidamente, os ganhos sociais que as cidades, a duras penas, estão contabilizando para o país.

É esta conta que os congressistas deverão fazer ao analisar a proposta do governo. A necessidade de uma reforma fiscal, sobretudo no rumo da simplificação e do respeito ao cidadão, não pode anular uma das poucas experiências positivas do Brasil contemporâneo, que é a performance das cidades e seu potencial. Não se pode permitir que o governo cubra o rombo de sua própria incompetência à custa das cidades e de suas populações, especialmente dos mais carentes, que têm encontrado nas

prefeituras o seu único amparo. Não sufocuem as cidades. A conta é desnecessária e muito alta para toda a nação.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO ALGACI TÚLIO, EM SESSÃO DO DIA 13 DE AGOSTO DE 1992.

Requerimento do Centro Positivista do Paraná

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara de Deputados, Deputado Ibsen Pinheiro.

Os abaixo-assinados, Presidente, Diretores e Associados do Centro Positivista do Paraná, entidade filosófico-cultural sem fins lucrativos, com sede nesta Cidade de Curitiba, na rua Comendador Araújo, 531, CONSIDERANDO:

1 - Os fatos altamente desabonadores do cargo de Presidente da República, por seu titular, Economista Fernando Afonso Collor de Mello, notórios em razão das diligências desenvolvidas pela Comissão Parlamentar de Inquérito e pelos trabalhos da Imprensa Nacional, atentatórios de sua probidade administrativa;

2 - Que tais fatos repugnam à moralidade pública, merecendo o repúdio por parte da totalidade da população brasileira.

3 - Que ferem eles o preceito de José Bonifácio, modelo cívico das virtudes públicas, de que "a sã política é filha da moral e da razão";

4 - Que a moralidade e a honradez devem ser praticadas e preservadas em todos os níveis da administração pública, maxime quanto ao Supremo Magistrado da Nação;

5 - Que o mesmo, neto do positivista Doutor Lindolfo Collor, desonra os preceitos de impolitez política do credo filosófico de seu avô, de todo e qualquer outro credo, bem como dos preceitos éticos, portanto morais, vigentes na sociedade brasileira;

6 - Que as manifestações reiteradas dos meios populares e políticos apontam para o IMPEDIMENTO moral do Senhor Presidente da República, de suas funções atuais;

REQUEREM

Com base na Constituição Federal, Artigo 51-I, que Vossa Excelência dê pronto início aos procedimentos necessários para que conceda à essa Casa, autorização para instauração de processo por crime de responsabilidade contra o Presidente da República, conforme capitulado naquele diploma em seu Artigo 85-V, visando seu impedimento das funções que atualmente exerce.

Nestes termos pede deferimento.

Curitiba, 10 de agosto de 1992.

(a) Arthur Virmond de Lacerda Neto - Presidente, nascido em Curitiba em 1966; residente na rua Lamenha Lins, 213, Curitiba, PR.

(a) David Antonio da Silva Carneiro Jr.,

nascido em Curitiba em 1926, residente na rua Comendador Araújo, 493, Curitiba, PR.

(aa) Paulo de Tarso Monte Serrat, Arquimedes Bocchino, Luiz Doni Filho, Dione Machado, Germano Traple, Fernando Carneiro, Leonardo Lacerda e 01 ilegível.